

Aprovar a reforma pelo menos na Câmara

RIBAMAR OLIVEIRA

A equipe econômica sabe que não será possível aprovar a reforma da Previdência na Câmara dos Deputados e no Senado neste ano, qualquer que seja a proposta a ser acordada com os líderes da base política aliada. Não há tempo hábil para que isso aconteça.

A aprovação só na Câmara, no entanto, se acontecer, será considerada uma grande vitória, pois indicará ao mercado que o Brasil está caminhando na direção correta, procurando resolver os seus problemas fiscais.

Nesse cenário, o governo lutaria para que, no próximo ano, o Senado aprove o texto que passou na Câmara, embora considere que há dificuldades políticas importantes a serem vencidas, pois dois terços dos senadores terão que lutar pela reeleição. A percepção dos senadores sobre as dificuldades enfrentadas pelos seus Estados, cujas receitas estão sendo cada vez mais absorvidas pelos gastos com pensões e aposentadorias, ajudará a formar a maioria necessária para aprovar a reforma, avalia o governo.

O entendimento que predomina é que a batalha mais difícil será na Câmara. Assim, todo o esforço do governo, neste momento, é para costurar uma proposta que possa ser votada pelos deputados.

Embora o discurso oficial seja de que o melhor caminho é retomar a proposta do deputado Arthur Maia (PPS-BA), relator da reforma da Previdência, aprovada na comissão especial da Câmara que analisou o assunto, ainda em maio, a equipe econômica aceita um acordo que exclua todas as mudanças propostas para a área rural, de acordo com fontes ouvidas pelo Valor.

Isso significa que nada seria alterado nas regras de contribuição do setor rural para a Previdência, quer sejam de trabalhadores ou de empresários, e nem nas regras de concessão dos benefícios. A única exigência é que seja negociado um mecanismo que elimine as fraudes, atualmente existentes, na concessão das aposentadorias rurais.

A retirada também das alterações inicialmente propostas nas regras de

concessão dos benefícios de prestação continuada, o chamado BPC, também seria aceita pela equipe econômica, de acordo com as mesmas fontes. Assim, não se mexeria com os velinhos. A ideia é que a retirada das alterações na área rural e no BPC reduzirá consideravelmente as resistências políticas à reforma, que ficaria centrada, basicamente, na fixação da idade mínima e no aumento do prazo de contribuição para requerer aposentadoria.

A fixação de uma idade mínima, ao contrário do que acreditam alguns, não é tarefa tão fácil assim. Colocar no texto constitucional que os homens só poderão se aposentar aos 65 anos e as mulheres, aos 62 anos, sem definir as regras de transição, não adiantaria nada, advertem os especialistas da área. Seria apenas mais um item naquela longa lista de artigos da Constituição a serem algum dia regulamentados, antes de entrarem em vigor.

Equipe econômica aceita não mudar agora área rural e BPC





Assim, idade mínima só vale com regra de transição, no entendimento da área econômica. Sem isso, é inútil. O problema é que as resistências políticas estão justamente nessa questão. E elas partem, principalmente, das entidades que representam os funcionários públicos e que possuem um grande poder de lobby no Congresso. Uma das principais linhas da reforma é justamente a de igualar as regras de aposentadoria e pensão dos servidores e dos trabalhadores da iniciativa privada.

A infeliz declaração do presidente Michel Temer, na segunda-feira, admitindo que a reforma da Previdência pode não ser votada agora, e que isso não representará uma derrota para o seu governo, abalou a confiança do mercado e provocou uma onda de pessimismo, o que se refletiu na queda da bolsa.

Os analistas da situação brasileira sabem o tamanho do problema fiscal da União e que a Previdência, dos trabalhadores da iniciativa privada e

dos servidores, está no centro dele. Não fazer nada para corrigir as distorções nesta área é um péssimo sinal.

O atual governo aprovou um teto para os gastos da União, que se tornará inviável se o governo não conseguir diminuir o crescimento das despesas obrigatórias. A reforma da Previdência é uma das iniciativas nessa direção. Outras terão que vir no futuro. Sem as mudanças, o teto de gasto se tornará letra morta.

O teto de gasto da União para 2018 será o mesmo de 2017, corrigido em 3%, percentual que corresponde à inflação de julho de 2016 a junho de 2017, como estabelece o texto constitucional. Uma análise rápida da mensagem modificativa da proposta orçamentária de 2018, enviada na semana passada ao Congresso pelo governo, mostra que as principais despesas obrigatórias terão um crescimento nominal superior a 3%.

A despesa com benefícios

previdenciários vai subir 6,2%, na comparação com o previsto para este ano (veja tabela abaixo). Os gastos com pessoal e encargos sociais subirão 4,4%, mesmo se o Congresso aprovar a medida provisória que adiou o reajuste salarial de 23 categorias de servidores do Executivo.

Assim, para manter o gasto total da União no teto constitucional, o governo vai reduzir as chamadas despesas discricionárias, que são aquelas com o custeio da máquina pública e com os investimentos. Elas serão R\$ 6 bilhões menores, em termos nominais, do que neste ano. A pergunta que precisa ser feita pelos senadores e deputados é até quando o governo conseguirá comprimir as despesas discricionárias, sem afetar drasticamente os serviços oferecidos aos cidadãos.

Ribamar Oliveira é repórter especial e escreve às quintas-feiras

E - m a i l :
ribamar.oliveira@valor.com.br

Tudo acima de 3%

Variação das principais despesas obrigatórias, em R\$ bilhões

	2017	2018	Variação (%)
■ Benefícios previdenciários	559,80	596,30	6,2
■ Pessoal e encargos sociais	284,40	296,90	4,4
■ Abono e seguro-desemprego	60,00	62,59	4,3
■ BPC/RMV- Loas	53,59	55,96	4,4

Fonte: Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do 4º bimestre de 2017; Ploa e mensagem modificativa do Ploa/2018.
Tabela elaborada pelo Valor

Fundo do FGTS exclui 11 projetos de lista de investimentos

Por Edna Simão | De Brasília

O Comitê de Investimentos do braço financeiro do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FI-FGTS) excluiu 11 projetos, ainda em fase de análise, de sua lista de propostas de investimentos. Os projetos envolvem R\$ 18 bilhões. Dos cancelados, quatro deles eram para viabilizar obras no setor de energia elétrica e o restante para empreendimentos em transporte - rodovias, portos e ferrovias. Antes de o conselho excluir os projetos, as empresas tiveram prazo de nove meses para regularizar a situação, mas os problemas não foram sanados.

Segundo Odirley Rios, um dos gerentes do comitê do FI-FGTS, os 11 projetos eram antigos - de 2014 e 2015 - e estavam com algum tipo de pendência, como falta de documentos - o que impedia sua aprovação e, conseqüentemente, a liberação de recursos por parte do fundo. Isso piorou com a crise econômica.

Algumas empresas, por exemplo, demoravam para atender as exigências para postergar a decisão de investimento para um período de menor incerteza. Elas

ainda solicitaram recursos para vários bancos e aguardavam a primeira resposta para fechar a operação.

"O mercado no ano de 2016 foi bem turbulento e a maioria das empresas se retraíram para investimento. Foi uma situação de mercado para investir que atingiu não só o FI-FGTS", disse a presidente do Comitê de Investimentos do FI-FGTS, Suzana Leite.

Rios explicou que "esses projetos, de 2014 e 2015, tinham relatórios de aprovados já há algum tempo. Ao longo desse tempo, o mercado passou por uma dificuldade muito grande. Essas empresas, na maioria das vezes, precisaram revisar seus planos de investimento e avaliaram que não era esse o momento de investir".

Segundo ele, a decisão do comitê de excluir projetos de sua lista de análise não prejudica a rentabilidade do fundo. Para este ano, o orçamento do FI-FGTS para investimento em infraestrutura é de R\$ 7 bilhões. Com a seleção de projetos de investimentos por consulta pública, o conselho quer dar mais celeridade à análise dos projetos e, ao mesmo tempo, dar

transparência ao processo de escolha. O entendimento é que a seleção pública blinda os investimentos, que já foram alvo da Operação Lava-Jato, de irregularidades e ingerência política.

A primeira seleção de projetos de infraestrutura foi feita no fim de maio. Foram apresentadas 34 propostas de investimentos, porém apenas três foram selecionadas, envolvendo R\$ 1,4 bilhão. Na avaliação da presidente do Comitê de Investimentos do fundo, o número de selecionados é baixo, porque os "projetos eram incipientes".

"Não faltam projetos de investimentos, faltam projetos consistentes", disse Suzana. Na segunda etapa, realizada em junho, de 21 projetos, 7 foram escolhidos. "Dinheiro tem, o que precisamos é de projeto de qualidade", disse.

Segundo Suzana, com o objetivo de chegar aos R\$ 7 bilhões previstos para este ano, a próxima reunião do grupo, prevista para o dia 13 de dezembro, vai colocar em votação o edital da terceira consulta pública de propostas de investimentos. Dos R\$ 7 bilhões, ainda restam selecionar projetos para contratação de R\$ 4,2 bilhões.

Portaria do trabalho escravo foi editada ignorando parecer jurídico

Ministério mudou regras com base em pedidos do setor imobiliário

Francisco Leali

-Brasília- A portaria que mudou as regras sobre classificação de trabalho escravo foi editada pelo Ministério do Trabalho ignorando recomendação de parecer jurídico da própria pasta. As alterações levaram só dois meses para serem gestadas no governo e foram produzidas a partir de um pedido da Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc) ao Ministério do Planejamento, que não tem relação direta com o tema. A portaria acabou sendo suspensa por decisão liminar do Supremo Tribunal Federal (STF), mas não se tinha conhecimento sobre como o processo tramitou no governo.

Em 10 de agosto, a Abrainc enviou ao ministro do Planejamento, Dyogo de Oliveira, ofício pedindo mudanças nas normas do governo. A entidade alegou que o setor tem grande impacto na economia brasileira e sofre com ações de fiscais do trabalho que confundem "ambiente de trabalho com condições precárias de higiene e saúde" com o trabalho análogo ao de escravo. A Abrainc já havia recorrido ao STF em 2014 para impedir a divulgação da lista suja, com nome de empresas flagradas em

fiscalizações contra o trabalho escravo.

DE 7 PEDIDOS, 4 FORAM ATENDIDOS

A Abrainc fez sete pedidos, sendo que quatro foram contemplados pela portaria editada pelo Ministério do Trabalho. Um deles é a definição do conceito de "condição degradante" e a transferência para o ministro da decisão de incluir empresas na lista suja.

O pedido original da Abrainc foi analisado pela Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento, que emitiu parecer concordando com a possibilidade de alterar as regras. "Em que pese a Lei 10.803 trazer as hipóteses em que se configura condição análoga à de escravo, para fins penais e criminais, esta condição é frequentemente confundida com o ambiente de trabalho em condições precárias de higiene e saúde, e esse desentendimento pode levar empresas a serem incluídas, a princípio indevidamente, no Cadastro de Empregadores.

Nesse contexto, entidades do setor produtivo, como a Abrainc, defendem a necessidade de que a legislação deixe mais claro o que são, particularmente, "condições degradantes de trabalho," a fim de orientar as ações de fiscalização,

evitando margem excessiva de discricionariedade na interpretação da lei" diz o parecer, obtido via Lei de Acesso à Informação. O texto conclui, porém, que o assunto era da competência do Ministério do Trabalho, para onde o pedido foi remetido no início de setembro.

No dia 11 de outubro, a consultoria jurídica do Ministério do Trabalho deu seu aval para a edição da nova portaria. Mas, em três momentos no texto, o consultor-geral substituto de Assuntos de Direito Trabalhista, Francisco Moacir Barros, destacou que era preciso ouvir o setor envolvido diretamente na fiscalização de trabalho escravo antes de a portaria ser editada. Caso decidisse ignorar esse setor do ministério, a consultoria recomendava que fosse, então, produzida uma nota técnica por assessores do gabinete do ministro para justificar a edição da portaria. O processo do ministério não registra nenhuma manifestação técnica da assessoria do gabinete.

A portaria foi publicada em 16 de outubro no Diário Oficial sem a consulta prévia à área técnica.

O Ministério do Trabalho não comentou. Sobre ter procurado o Planejamento para tratar do tema trabalho escravo, a Abrainc disse, em nota, manter contato com todos os ministérios. Afirmou ainda que defende o trabalho "digno e





adequado"! E entende que uma regulação que distinga as infrações trabalhistas do trabalho análogo ao escravo é fundamental, ao trazer mais segurança aos investimentos de que o país necessita.

Ontem, especialistas em direitos humanos da ONU pediram ao governo brasileiro que adote ações urgentes para evitar o enfraquecimento da luta contra a escravidão moderna.

FORA DOS PARÂMETROS

PROCURADORIA REJEITA NOVO TEXTO

-Brasília- A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, informou

ontem ao ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, que o novo texto sobre combate ao trabalho escravo que o governo quer publicar nos próximos dias não atende à recomendação do Ministério Público do Trabalho e do Ministério Público Federal, nem à decisão do Supremo Tribunal Federal, que revogou a portaria com novas regras.

Ela disse que a redação não atende aos parâmetros colocados anteriormente pelas instituições que atuam no combate ao trabalho escravo. Raquel esteve com Nogueira no último dia 18 para entregar um pedido de revogação da portaria — o governo havia dito que ela estaria fazendo sugestões para melhorar o texto. (Renata Mariz)

TRECHOS DO PARECER

II - DA ANÁLISE JURÍDICA

Ressalte-se que a matéria noticiada nos autos é sensível e esses não se encontram instruídos com manifestação da área técnica administrativa competente, o que deverá ser oportunamente providenciado pelo Gabinete do Ministro.

Ressalte-se que, conforme já anteriormente declinado, trata-se de matéria que, por sua própria natureza, reveste-se de grau de sensibilidade social elevado e que, em face disso, acredita-se que ela tenha sido amplamente debatida, especialmente entre os atores envolvidos, vez que esta Pasta tem historicamente implantado políticas públicas de erradicação das condições análogas às de escravo.

Por oportuno, reitera-se que deve ser considerada a necessidade da área técnica administrativa manifestar-se sobre a matéria, caso assim não se entenda, os autos deverão conter análise técnica-administrativa por parte da Assessoria Técnica do Gabinete do Ministro.

Avançar na ficção

O governo Michel Temer vai exibir hoje uma peça de ficção. Num tempo sem dinheiro para investimento, seu marketing, trabalhando sob a liderança do ministro Moreira Franco, preparou o PAC em versão temerária, com o nome de fantasia de "Avançar". "Eles vão alegar na divulgação que serão feitos investimentos de mais de R\$ 130 bilhões e que vão "priorizar" sete mil projetos.

Os ficcionistas chegaram à conclusão de que é preciso criar uma agenda positiva. Aliás, a fórmula se repete em qualquer governo em crise. A ideia é que basta anunciar fatos positivos que a popularidade do governante vai se elevar. Os formuladores do plano tentarão jogar para o esquecimento a crise real do país que ainda está em ambiente recessivo, com alto desemprego, rombos sequenciais nas contas públicas e a aprovação do governo no rés do chão. O slogan é: "Agora, é avançar".

O governo está encrocado com o Orçamento porque ele traz um déficit de R\$ 159 bilhões, mas essa "meta" só será atingida se forem aprovadas as medidas que foram enviadas para o Congresso onde há questões indigestas. A que tem chances de passar é a do adiamento do reajuste do salário dos servidores civis. A proposta de elevação da contribuição previdenciária dos

servidores civis é bem menos provável. Além disso se conta com a privatização da Eletrobras que também depende de aprovação do projeto de lei que ainda nem foi enviado. Ou seja, para fechar no déficit almejado, o governo terá que se esforçar muito para aprovar as medidas.

Apesar de todas essas dificuldades, vai anunciar que seu plano é de investir mais de R\$ 130 bilhões com recursos do Orçamento e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. O ministro Moreira Franco pediu até um painel de LED para que a ficção brilhe e possa encantar os políticos para que eles queiram pegar alguma ponta em um desses projetos cenográficos na campanha do ano que vem.

O problema dessa ficção é que ela não é inédita, e pode até ser acusada de plágio. A ex-presidente Dilma tem a autoria do texto original e pode até apresentar um exame de DNA: ela era a mãe do PAC. Aqueles que ela anunciou e não realizou. Um dos truques era apresentar várias vezes as mesmas obras. Quando uma delas entrava no

PAC e não andava, bastava anunciá-la no PAC II como se novo fosse. E agora muitos dos que aparecerão nesta quinta-feira serão reencarnações daquelas criaturas.

Serão três avatares, quer dizer, "avançares" O avançar, o avançar cidades e o avançar energia. Até a ideia de usar o FGTS não é nova, como bem sabem Eduardo Cunha, Lúcio Funaro, Fábio Cleto, Geddel Vieira Lima, Joesley Batista e outros envolvidos no programa que avançou sobre o dinheiro do trabalhador através do FI-FGTS criado no período Lula-Dilma.

O governo Temer cortou até o osso os investimentos e a bem da verdade não por culpa só dele. Herdou de Dilma uma ruína fiscal, teve que evitar um déficit ainda maior do que o que ocorreu e por isso ele reduziu investimentos. Todo governo em apuros corta investimento porque é despesa sobre a qual o governo tem liberdade, o chamado gasto discricionário.

O investimento do governo federal nos últimos 12 meses até setembro foi de R\$ 48 bilhões, segundo relatório do Tesouro. O valor é R\$ 30 bilhões menor do que o do ano de 2014, em termos reais, e é o menor nível em 10 anos.

Se o governo incluir as estatais na sua conta, ficará mais fácil chegar aos R\$ 130 bilhões, mas de novo será uma peça de ficção porque as estatais cortaram muito os investimentos e parte do que fazem é apenas para cobrir depreciação. O número





parecerá grande, mas representa 2% do PIB.

Investimento é um conceito vago e que serve bem às obras de ficção. A ex-presidente Dilma considerava que as dívidas contraídas pelas famílias no Minha Casa, Minha Vida eram parte da conta para efeito dos anúncios espetaculosos no Planalto.

Nenhum daqueles anúncios evitou que o país despencasse na recessão. A realidade é que o governo vai mal, o déficit é enorme, e o governo tem algumas semanas para aprovar medidas que permitirão atingir a meta de um déficit maior do que o investimento que será anunciado hoje no PAC III, o avanço.

Vaivém previdenciário

Quando o próprio ministro Henrique Meirelles, da Fazenda, começa a debater publicamente sua possível candidatura presidencial em 2018, o prognóstico para a continuidade das reformas econômicas se torna mais sombrio.

A eleição e as conveniências de campanha consomem parcelas crescentes do tempo e da energia do mundo político. Conspira ainda contra a pauta do governo a exaustão precoce do presidente Michel Temer (PMDB), após duas batalhas congressuais para barrar denúncias apresentadas pela Procuradoria-Geral da República.

As atenções restantes da coalização situacionista voltam-se para a xepa das verbas e dos cargos públicos. Cobra-se uma reforma ministerial para que se afastem da Esplanada brasiliense os ministros do PSDB — partido, por sua vez, mais dedicado hoje aos dramas intestinos que à agenda nacional.

Ademais, a retomada da economia, por precária que seja, basta para acomodar as autoridades. Temer já se dedica a expor melhoras obtidas em sua gestão — mesmo que para isso chegue a distorcer as comparações com o passado recente, como mostrou esta Folha.

Nesse contexto, ensaia-se, cada vez mais às claras, o abandono da reforma da Previdência Social, certamente o objetivo mais fundamental do programa governista. No momento, as declarações oficiais oscilam entre a exposição de dificuldades para o avanço do texto e a busca de atenuantes para uma eventual rejeição.

É fato que esta hipótese não implicará, de imediato, perdas de monta para as finanças públicas; fechar as contas do próximo ano depende mais de providências

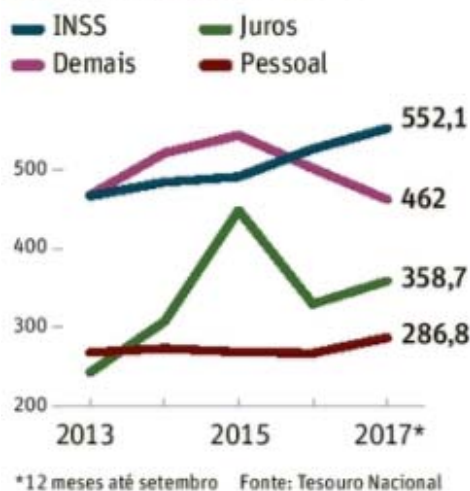
como conseguir o adiamento dos reajustes salariais do funcionalismo.

Entretanto aumenta sobremaneira a incerteza quanto ao futuro. O próximo presidente — de intenções e capital político imprevisíveis — terá de viabilizar logo uma reforma se quiser manter o teto constitucional do gasto da União.

As despesas previdenciárias, em escalada contínua, e as com juros e pessoal, também elevadas, já sufocam as demais políticas de Estado, de saúde e educação a segurança e infraestrutura. Um afrouxamento do torniquete orçamentário, porém, levaria a dívida pública a uma trajetória de crescimento contínuo e insustentável.

Tal fragilidade tornará o país vulnerável aos sobressaltos da campanha eleitoral, ameaçando a própria recuperação econômica.

DESPESAS FEDERAIS Em R\$ bilhões corrigidos



Doria projeta lei de reforma da Previdência

GUILHERME SETO
ANA ESTELA DE SOUSA
PINTO
DE SÃO PAULO

O projeto de reforma previdenciária municipal será enviado pela gestão João Doria (PSDB) para a Câmara ainda em 2017 e deverá ter dois pontos principais: aumento da contribuição para todos os servidores e um sistema de Previdência complementar.

A proposta é que esse sistema seja obrigatório para os funcionários admitidos depois da aprovação do projeto e com salário acima do teto de aposentadoria (R\$ 5.531,31) do INSS. Para os demais servidores, a adesão será opcional.

Atualmente, 70 mil servidores recebem acima de R\$ 5.531,31. A prefeitura diz ter ganhado 22.121 novos funcionários desde 2013 — 3.846 deles só neste ano.

Com a previsão de que o deficit

previdenciário chegue a R\$ 20,8 bilhões por ano em 2025, a proposta de Doria deve ser enviada aos vereadores "nos próximos dias" ou "até o fim do mês", segundo Caio Megale, secretário da Fazenda.

"Tem que fazer um esforço adicional de contribuição. Não tem mágica. Tem que fazer Previdência complementar. No meio do caminho, criar uma contribuição adicional ou tentar isso", afirma.

A alíquota de contribuição previdenciária, hoje de 11%, deve seguir a tendência nacional: União e Estados, como o Rio de Janeiro, elevaram a porcentagem para 14%. Também deve subir a contribuição patronal, hoje de 22%.

O mais provável é a criação de plano complementar municipal sob gestão do SP-Prevcom, o sistema de Previdência complementar do Estado, pelo menos no início. A opção tem menos custo que criar uma fundação própria.

Nesse caso, a contribuição da prefeitura sobre o que exceder o teto do INSS será menor que os 22%. Na SP-Prevcom, por exemplo, a alíquota é de no máximo 7,5%, tanto para o funcionário como para o governo.

Outro ponto que deve constar da reforma é uma reestruturação do Iprem (instituto de previdência municipal).

DEFICIT

O levantamento feito pela gestão Doria aponta um deficit de R\$ 4,7 bilhões na Previdência para 2017, a ser custeado pelo Tesouro municipal.

Em São Paulo, o funcionário contribui com 11% de seus vencimentos, que são complementados por participação de 22% da prefeitura.

Em 2017, esses servidores terão contribuído com cerca de R\$ 1,3 bilhão, que se somarão a R\$ 2 bilhões da prefeitura. No entanto, como a folha de pagamento total





ficará em cerca de R\$ 8 bilhões, o rombo se formará mais uma vez.

"O valor investido para cobrir o deficit está deixando de ser investido em educação, saúde, e outras áreas fundamentais", afirma Paulo Uebel, secretário de Gestão.

Esses R\$ 4,7 bilhões representarão, ao fim de 2017, cerca de 11% da receita corrente líquida do município, estimada em R\$ 44 bilhões.

Atualmente, a Prefeitura de São Paulo conta com 122 mil funcionários ativos e 97 mil inativos e pensionistas.

ATRASO

No começo do mês, a prefeitura chegou a publicar no "Diário Oficial" do município um estudo que apontava a possibilidade de atrasar os pagamentos de salários de servidores a partir de 2019 caso não sejam realizadas mudanças na Previdência.

Classificada como "terrorismo"

pelo vereador Cláudio Fonseca (PPS), que é presidente do Sinpeem (sindicato dos profissionais da educação no município), a previsão se baseou em premissas extremas, de receitas desacelerando e gastos que se aceleram.

O cálculo foi chamado de "besteira" pelo líder do governo na Câmara, Aurélio Nomura (PSDB). Megale concorda.

"Ele tem razão. Não vamos parcelar salário em 2019. O que não é besteira é que há uma tendência da Previdência (...). É algo para chamar a atenção. Mesmo nesse cenário, antes de parcelar salário tem muita coisa para fazer do lado da despesa para prorrogar o 'encontro marcado' [com a questão previdenciária]", diz o secretário da Fazenda.

CÁLCULO POLÍTICO

A gestão Doria ainda está fazendo o cálculo político para enviar o projeto à Câmara. Em 2016, o prefeito Fernando Haddad (PT)

retirou seu projeto de previdência privada após pressão dos servidores.

No caso do atual prefeito, o impacto negativo de enviar o projeto é reconhecido.

Mas também existe a avaliação interna de que iniciar o processo de reforma mandaria mensagem positiva para o mercado e para o eleitorado alinhado a Doria.

"O cálculo é feito pela Secretaria de Governo. A reforma não é algo tranquilo (...) Tem custo político, financeiro, e tem benefício de longo prazo. Isso que desafia o gestor. Ali que você vê o gestor que enxerga a estrutura e quer deixar legado", diz Megale.

O presidente da Câmara, Milton Leite (DEM), tem dito que não colocará na pauta deste ano projeto que trate da Previdência, ponderando que é tema que demanda bastante discussão pública prévia.



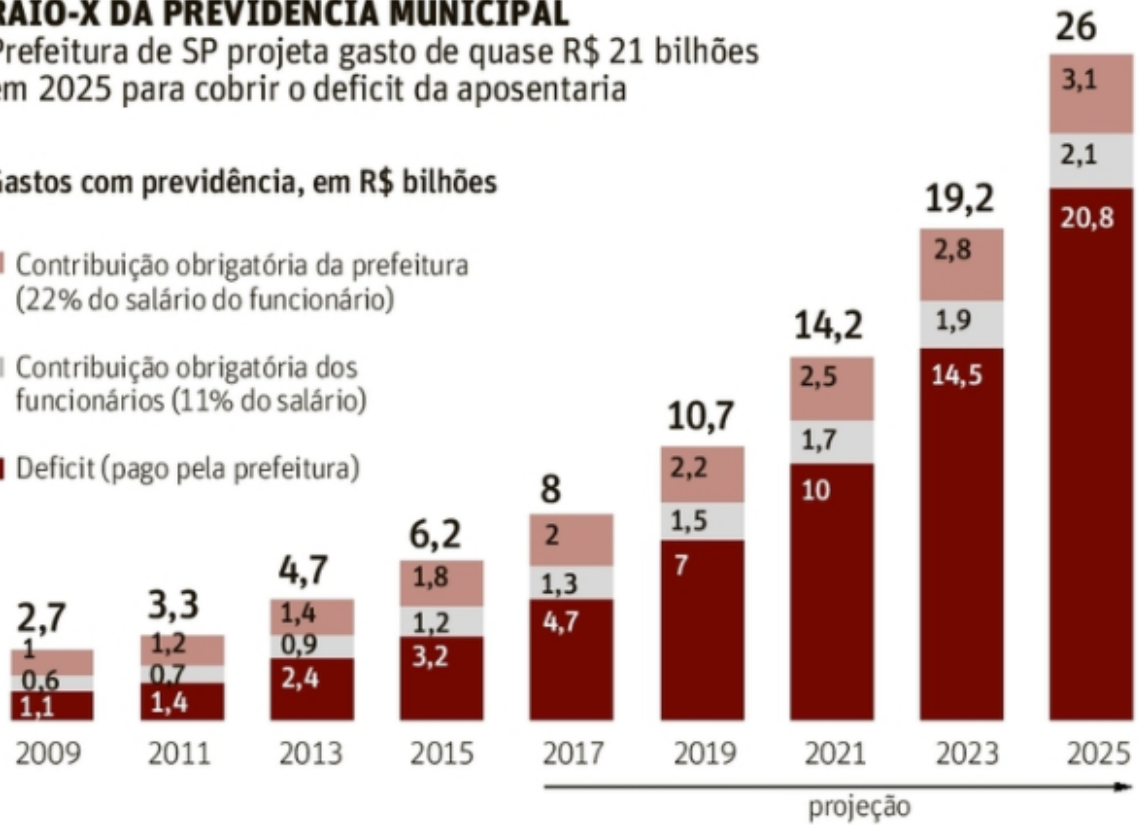


RAIO-X DA PREVIDÊNCIA MUNICIPAL

Prefeitura de SP projeta gasto de quase R\$ 21 bilhões em 2025 para cobrir o deficit da aposentaria

Gastos com previdência, em R\$ bilhões

- Contribuição obrigatória da prefeitura (22% do salário do funcionário)
- Contribuição obrigatória dos funcionários (11% do salário)
- Deficit (pago pela prefeitura)



PRESSÃO NO ORÇAMENTO

Previdência representa parcela cada vez maior das receitas (em R\$ bilhões)

- Receita corrente líquida
- Deficit da previdência
- Porcentagem do deficit sobre a receita



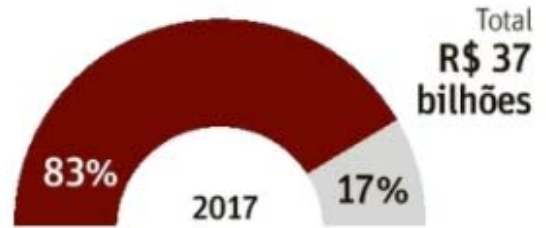
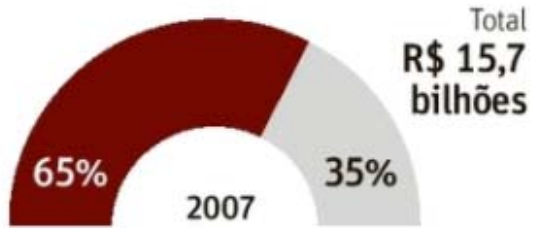


RECURSOS TOMADOS

Parcela gasta com custeio tem aumentado

- **Gastos em que a prefeitura não pode mexer**
Como saúde e educação, subsídios de ônibus, folha de pagamento, previdência e dívida

- **Demais gastos**
Como zeladoria, habitação, cultura e investimentos



Fontes: Prefeitura de São Paulo, projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2017 e Iprem (Instituto de Previdência Municipal)

Governo desidrata texto da Previdência para tentar aprová-lo até dezembro

Negociação. Reforma 'possível' mantém idade mínima para aposentadoria e altera regras para servidores públicos; embora ainda não tenha os votos necessários para aprovação da medida, Temer quer que o projeto seja votado na Câmara ainda este ano

Adriana Fernandes
Idiana Tomazelli
Igor Gadelha

O governo vai partir para o tudo ou nada na reforma da Previdência. Mesmo correndo o risco de derrota, Michel Temer decidiu, com o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, que pior do que a rejeição seria desistir da reforma, principalmente depois da reação negativa do mercado financeiro. A reforma "possível" manterá a idade mínima para aposentadoria e a unificação das regras dos servidores públicos com os trabalhadores da iniciativa privada.

Atendendo a pressões de sua base política, Temer avalia fazer a reforma ministerial em troca de apoio no Congresso para levar à votação uma proposta bem mais enxuta do que a pretendida. O relator da reforma da Previdência, deputado Arthur Oliveira Maia (PPS-BA), já começou a redigir a versão da minirreforma. A estratégia é aprovar o novo texto

em dois turnos na Câmara até o dia 15 de dezembro e terminar a votação no Senado em fevereiro de 2018.

A estratégia do Planalto é dividir com o Congresso a responsabilidade pela aprovação e reforçar a comunicação, sobretudo com o discurso de "combate dos privilégios" do funcionalismo, que é sensível à população. Mesmo assim, líderes de partidos aliados argumentaram que a mudança ministerial não garante a aprovação da reforma. O Palácio do Planalto concordou em flexibilizar as mudanças no que for necessário para garantir a aprovação.

Temer vai precisar de 308 votos, mas a sua base é ainda mais frágil do que antes da delação da JBS, que levou à rejeição de duas denúncias contra ele em votações que não sustentariam a aprovação de uma PEC, como é o caso da Previdência. Depois do susto com o mercado, o relator disse que a reforma voltou a caminhar. "Tenho crença de que poderemos avançar", disse. Segundo Arthur Maia, é melhor diminuir o ganho nas contas públicas do que não ter nenhuma proposta aprovada.

"Do que está perdido, a metade é grande negócio", disse. Enquanto o relator falava sobre as negociações, a Bolsa retomou o

patamar de 74 mil pontos. Em reunião hoje com os líderes, o relator vai definir o que pode ser mudado. O Planalto não quer transmitir a ideia de que será um texto imposto aos parlamentares, na tentativa de evitar ainda mais desgaste. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, evitou dar uma previsão para votação.

"O tempo não depende da nossa vontade, depende das nossas condições de voto. Se tivesse voto, votava até amanhã, mas não tem", alertou. Técnicos da área econômica também já estão fazendo cálculos da perda de economia com uma proposta menor. Meirelles passou o dia em conversas com líderes do Congresso, defendendo a necessidade da reforma.

E admitiu as dificuldades. "Só vamos saber (se há chance de aprovação) de fato durante o processo de votação. Existem diferenças de posição: na reunião com os líderes da Câmara, alguns acharam difícil, outros acharam que é possível." O ceticismo na Câmara dos Deputados em torno da possibilidade de aprovação antes das eleições é ainda grande. Nos corredores, a brincadeira entre os parlamentares é que o "zumbi voltou a andar".

COLABOROU EDUARDO RODRIGUES

Fim de privilégios a servidores é ponto central da reforma

De acordo com o deputado Arthur Oliveira Maia (PPS-BA), relator da proposta, outro ponto fora de negociação é a fixação da idade mínima

Idiana Tomazelli
Adriana Fernandes
Igor Gadelha

O fim dos privilégios a servidores públicos será uma das “cláusulas pétreas” durante as negociações do novo texto da reforma da Previdência, indicou ontem o deputado Arthur Oliveira Maia (PPS-BA), relator da proposta. Ele fez um discurso feroz contra as regras que permitem que funcionários públicos se aposentem mais cedo e ganhando mais do que trabalhadores da iniciativa privada.

Outro ponto “imexível”, segundo ele, será a fixação da idade mínima, embora não tenha garantido que permanecerá a exigência nos patamares de 62 anos para mulheres e 65 anos para homens. Além desses dois pontos, todo o resto será negociado, inclusive o trecho que pretendia elevar o tempo mínimo de contribuição para a aposentadoria de 15 para 25 anos.

Segundo apurou o Estadão/

Broadcast, ontem à noite foi batido o martelo para a retirada de mudanças no Benefício de Prestação Continuada (BPC), pago a pessoas de baixa renda – idosos e portadores de deficiência – e na aposentadoria rural, que teria a idade mínima das mulheres elevada de 55 anos para 57 anos.

O relator ainda vai se reunir com os líderes dos partidos para coletar os pedidos de mudanças e ver “o que dá conforto” para que os parlamentares votem a favor da reforma. Todos esses pontos serão costurados em uma emenda aglutinativa que será apreciada no plenário da Câmara. Serão necessários 308 votos em dois turnos de votação.

Oliveira Maia admitiu que a própria regra de transição pode ser alvo de alterações. A proposta atual combina a cobrança de adicional de 30% sobre o tempo que falta hoje para a aposentadoria, o chamado “pedágio”, com idades mínimas de transição, que começam em 53 anos para mulheres e 55 anos para homens e evoluem ao longo de duas décadas.

“Há disposição do governo de fazer concessões, mas desejamos que modificações sejam as mínimas possíveis”, disse o

relator. A mudança na regra de cálculo do benefício proposta pelo governo também pode mudar, mas Oliveira Maia adiantou que vai defender a fórmula construída na comissão especial.

Ela prevê o direito a um mínimo de 70% do salário de contribuição ao preencher os requisito de pelo menos 25 anos de contribuição à Previdência, com ganhos crescentes até conseguir os 100% aos 40 anos de trabalho. O relator destacou, porém, que nenhum detalhe das regras que serão propostas no texto mais enxuto pode ser confirmado antes das conversas com as bancadas.

À exceção da idade mínima e do fim dos privilégios dos servidores, as negociações começam do zero.

Consenso.

Sobre a manutenção da exigência de idade mínima para a aposentadoria, Oliveira Maia afirma haver “consenso” entre parlamentares sobre a importância da medida. “Não há sentido em fazer reforma da Previdência se não modificar essa condição absurda de a pessoa se aposentar não por idade mínima, mas por tempo de contribuição.





Isso tem permitido que pessoas com menos de 50 anos se aposentem.” Ele destacou que “não há chance” de a reforma permitir regras diferentes para servidores e trabalhadores privados. As categorias do funcionalismo são bem articuladas e têm forte poder de pressão sobre os parlamentares.

O próprio relator já reconheceu ter recebido representantes dos servidores pedindo por flexibilizações no texto da reforma, mas ele acredita agora que essa pressão diminuiu e não vai recrudescer, mesmo com o aumento no número de propostas do governo que atingem as categorias, como o adiamento do reajuste previsto para 2018.

COLABOROU LU AIKO
OTTA

PARALEMBRAR

As articulações para aprovar a reforma da Previdência foram retomadas ontem, seis meses após

a delação dos executivos do grupo JBS contra o presidente Michel Temer. Com a resistência da base aliada, que não quer votar a matéria a menos de um ano das eleições de 2018, o Executivo decidiu atenuar a proposta. Até a votação do relatório do deputado Arthur Oliveira Maia (PPS-BA) na comissão especial, o texto da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) já tinha sido bastante modificado devido à pressão de grupos na Câmara, como as bancadas feminina, de militares, ruralista e do funcionalismo. Apesar da aprovação na comissão, as críticas à falta de debate com a população para as mudanças continuaram crescendo até que a delação paralisou tudo. O início da votação continua incerto.

MAISENXUTA

Governo dá sinal verde para desidratação da reforma da Previdência na tentativa de aprovar um ‘texto possível’

O que deve ficar

- Idade mínima para aposentadoria: relator disse que é “cláusula pétrea”, mas não garantiu as idades de 65 anos para homens e 62 anos para mulheres - Equiparação das regras de aposentadoria para servidores públicos: funcionalismo seguirá as mesmas exigências de idade e tempo de contribuição do INSS

O que ainda será avaliado

- Regra de transição, que pode ser adaptada
- Elevação do tempo mínimo de contribuição de 15 anos para 25 anos
- Novo cálculo do benefício - Regras de acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), pago a idosos e portadores de deficiência
- Mudanças na aposentadoria rural, que eleva idade mínima das mulheres de 55 para 57 anos - Mudanças na proposta de concessão de pensões, que estabelecia cotas por dependente

Alta da Previdência terá ‘efeito cascata’

Contribuição previdenciária do funcionalismo federal deve subir de 11% para 14%, obrigando Estados e municípios a aumentarem suas taxas

Adriana Fernandes
Idiana Tomazelli

Se aprovada pelo Congresso Nacional, a Medida Provisória (MP) 805, que eleva a contribuição previdenciária do funcionalismo federal de 11% para 14%, puxará em efeito cascata o aumento do tributo no mesmo patamar para todos os servidores de Estados e municípios.

Isso ocorrerá porque o artigo 149 da Constituição Federal prevê que a alíquota previdenciária cobrada dos servidores da União é piso para o funcionalismo estadual e municipal – ou seja, funcionários públicos de Estados e municípios não podem ter contribuição menor que a dos funcionários federais.

Cálculos do Ministério do Planejamento obtidos pelo Estadão/Broadcast indicam que os Estados e o Distrito Federal poderão ter arrecadação adicional de R\$ 1,8 bilhão anual caso a MP seja aprovada. Atualmente, sete Estados têm alíquota de 14% ou

mais, segundo dados coletados pelo Tesouro Nacional no fim do primeiro semestre deste ano.

São eles: Acre, Ceará, Goiás, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Ao anunciar a medida, em agosto, o governo não explicitou que haveria essa obrigatoriedade para Estados e municípios. A maioria dos Estados ainda desconta 11% de seus servidores, incluindo São Paulo. Há alguns que estão acima disso, como Bahia (12%), Sergipe (13%) e Pernambuco (13,5%), mas ainda estariam desenquadrados em caso de aprovação da MP federal.

O município de São Paulo também cobra alíquota de 11% e já estava avaliando mudanças.

Rombo.

O desequilíbrio nas contas da Previdência do funcionalismo público é um dos problemas mais graves nas finanças dos Estados e vai se agravar nos próximos anos com o envelhecimento dos servidores. No ano passado, o rombo nos regimes estaduais foi de R\$ 89,6 bilhões. Os municípios tiveram superávit de R\$ 11,1 bilhões, mas começarão a enfrentar dificuldades com o aumento das aposentadorias.

Para o assessor especial do Ministério do Planejamento, Arnaldo Lima, a MP ajudará Estados e municípios a recompor suas receitas. “A repactuação do pacto federativo começa pela agenda fiscal. O desafio de reequilibrar as despesas de pessoal e com Previdência é nacional, não só da União.” Para isso, avalia Lima, é preciso consolidar uma agenda nacional de desenvolvimento e avançar na coordenação das atribuições constitucionais concorrentes, como saúde, educação e segurança pública, áreas intensivas em pessoal.

Os governos regionais não têm prazo para fazer a adaptação da alíquota. Mas, se eles não aprovarem a alteração na legislação local, não conseguirão obter os certificados de regularidade na área previdenciária. Com isso, ficarão impedidos de receber transferências voluntárias da União, celebrar acordos, contratos, convênios, além de financiamentos de instituições financeiras federais ou garantias da União para obtenção de empréstimos.

Controle.

Secretária de Fazenda de Goiás quando o Estado elevou a alíquota





para 14,25% (a mais alta do País), a economista Ana Carla Abrão avalia que o aumento da contribuição para 14% é o mínimo necessário para começar a corrigir o problema. Segundo ela, o déficit da Previdência dos servidores é um problema gravíssimo e uma alíquota nesse patamar para alguns Estados não faz nem “cócegas”.

Ana Carla lembra que a elevação da alíquota pelo governo federal era um pleito antigo de alguns governadores, que enfrentam dificuldades financeiras, mas não queriam o ônus de impor uma tributação mais alta enquanto a da União permanecia em 11%. O impacto só não é maior porque

a elevação da alíquota, a exemplo como ocorrerá na União, só valerá para a parcela do salário acima do teto do INSS (hoje em R\$ 5.531,31), destaca o consultor do Senado Pedro Nery.

Segundo levantamento feito por ele, em muitos Estados a média de salários fica abaixo disso, à exceção de Distrito Federal, Santa Catarina e São Paulo. O presidente da Confederação Nacional dos Servidores Público, Antonio Tuccilio, disse que a entidade vai entrar com uma ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a medida nos próximos dias. “Essa medida é absurda.”





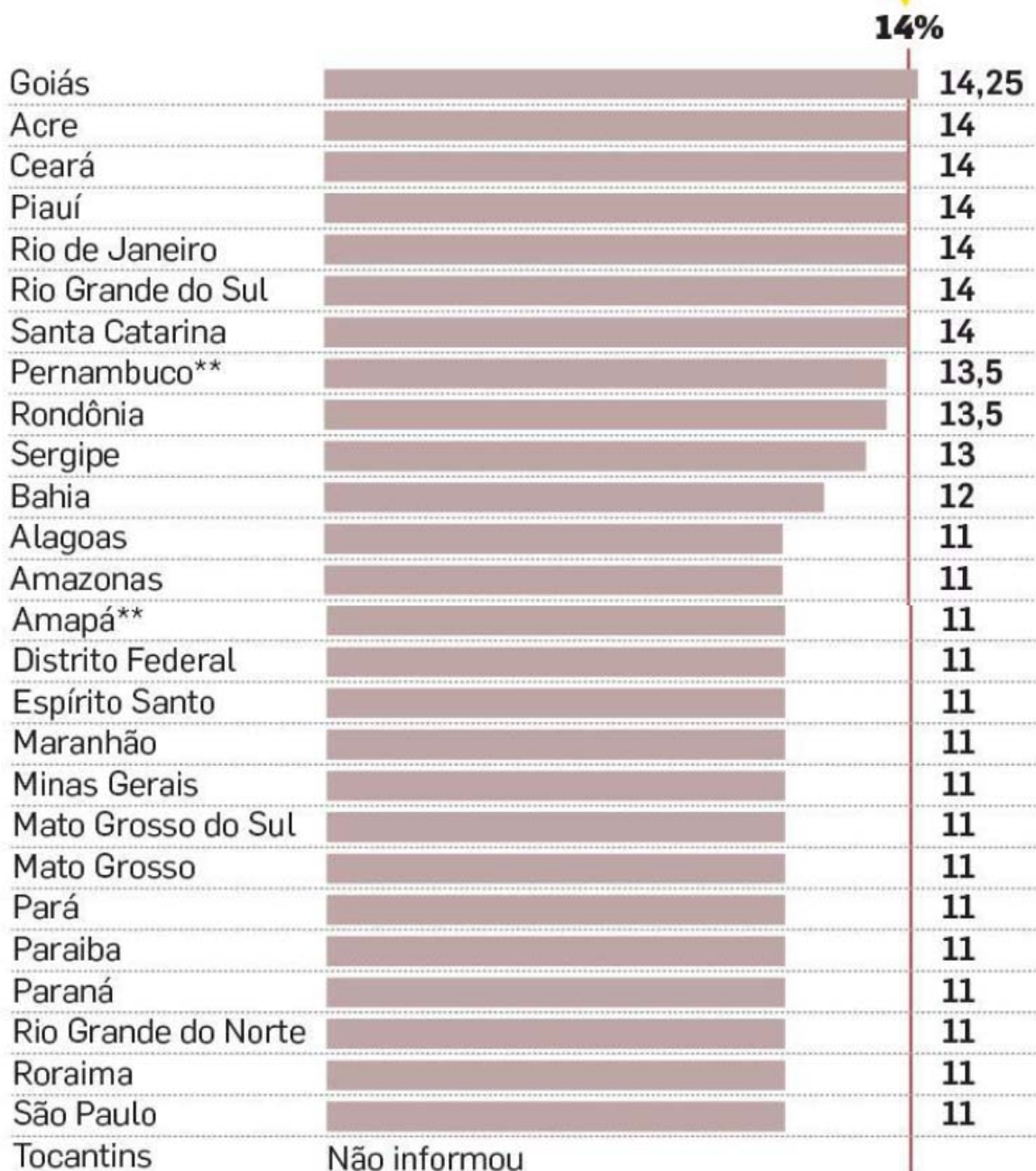
AUMENTO EM VISTA

● Constituição diz que alíquota previdenciária estabelecida pela União é referência mínima para Estados, Distrito Federal e municípios

Alíquota atual*

EM PORCENTAGEM

PREVISTA EM MP, ELEVAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO FEDERAL PARA **14%** (SOBRE PARCELA QUE EXCEDE TETO DO INSS) DEIXA PELO MENOS 17 ESTADOS DESENQUADRADOS



*SEGUNDO DADOS ATÉ FIM DO 1º SEMESTRE DE 2017

**O ESTADO NÃO INFORMOU AO TESOIRO, DADO EXTRAÍDO DAS LEIS ESTADUAIS

FONTE: BOLETIM DE FINANÇAS DOS ENTES SUBNACIONAIS 1ª VERSÃO - TESOIRO NACIONAL; LEIS ESTADUAIS

Governadores temem sofrer desgaste político

Medida impopular já enfrenta resistência do funcionalismo, que tem forte poder de pressão no Congresso

A medida provisória (MP) que eleva para 14% a alíquota previdenciária de servidores federais enfrenta forte resistência do funcionalismo, que já iniciou campanha pela derrota da medida. No Congresso, a categoria tem hoje forte poder de pressão.

Esse grupo pode crescer com o reforço de alguns governadores que também devem se opor à elevação, avalia o presidente do Comitê de Secretários de Fazenda dos Estados, André Horta, que atua pelo Rio Grande do Norte. Está em jogo o desgaste político de uma medida impopular.

“Tem Estado que quer, porque melhora o caixa. E tem Estado que não quer aplicar (o aumento da alíquota). Vai dar um bocado de trabalho e de discussão”, diz Horta. Minas Gerais é um dos que devem resistir à mudança, embora

esteja em grave dificuldade financeira e seja considerado um dos candidatos ao regime recuperação fiscal.

“Só aumentar por aumentar, não vamos fazer isso, não. É como se fosse reduzir salário de servidores. Temos que discutir a criação de um fundo (para financiar as aposentadorias), um plano global da Previdência, mas não sabemos quando isso vai ser discutido”, disse o secretário estadual de Fazenda de Minas Gerais, José Afonso Bicalho.

No Estado de São Paulo, tampouco há planos para aumentar a cobrança, hoje de 11%. “A princípio, a lei federal ainda não foi aprovada e o Estado não estuda elevar a alíquota”, disse em nota a Secretaria de Fazenda. O Distrito Federal informou que, se a lei for aprovada, precisará adequar sua alíquota, mas fez questão de destacar que “não se trata de uma opção política”, para evitar bater de frente com o funcionalismo.

O Instituto de Previdência do DF (Iprev/DF) disse ainda que, se for o caso, também será elevada a alíquota patronal, para 28%. “Ainda não foi possível estimar o impacto da medida, nem há definição sobre a forma de operacionalização do aumento, isto é, se as alíquotas aumentarão de forma progressiva ou não”, informou o Iprev/DF.

O presidente da Frente Nacional dos Prefeitos (FNP), Jonas Donizette, explicou que a maioria dos municípios recolhe 11% de seus servidores para a Previdência, mas já há casos em que os prefeitos discutem a elevação para 14%.

“Em Campinas (onde ele é prefeito), acho que é necessário para poder ter uma composição de caixa”, diz Donizette. Ele acredita que a proposta da União de elevação da alíquota deve encontrar apoio entre os municípios, mas reconhece que não será consenso.

A.F. e I.T

SERVIDOR » Governo inchado



Para Matias-Pereira, área de RH não deveria ter mais do que 6% do quadro

Cerca de 10% do funcionalismo federal — mais de 50 mil, do total de aproximadamente 600 mil servidores ativos — trabalham exclusivamente na área de recursos humanos. Os dados foram apresentados pelo Ministério do Planejamento em reunião com técnicos da Casa Civil, no início da semana, com o objetivo de consolidar estatísticas para reestruturar a burocracia do Estado, realocar servidores e encontrar formas de reforçar o ajuste fiscal.

O Planejamento nega. Em nota, a pasta esclareceu que somente “cerca de 21 mil ativos (3,3%), nos mais de 200 órgãos do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (Sipef), trabalham com gestão de pessoas”, e que não existe projeto de centralização da área. “A proposta em estudo no ministério trata da unificação da gestão

administrativa de pessoal ativo e pensionista”, resumiu.

Na avaliação do economista José Matias-Pereira, da Universidade de Brasília (UnB), o número mencionado na reunião com a Casa Civil revela um Estado inchado em alguns setores. “Os ocupantes dessa função não deveriam passar dos 6%”, destacou. Ele disse que “tem que ser quebrado o tabu” de que um concursado não pode ser transferido. “O funcionário não pode ver a transferência como castigo”.

Para Marcus Vinícius de Macedo Pessanha, especialista em direito público do escritório Nelson Wilians e Advogados Associados, o governo precisa de planejamento de médio e longo prazos. “Devem ser priorizadas as áreas em que o atendimento à população está prejudicado”, alertou. (VB)

CONJUNTURA »

74 obras irregulares

» SIMONE KAFRUNI

O Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou ontem o relatório anual de fiscalização de obras públicas, o Fiscobras 2017, no qual registra irregularidades graves em 72 dos 94 empreendimentos que passaram por auditoria. A Corte recomendou a paralisação de 11 obras. Os principais problemas identificados foram atrasos na execução, sobrepreços, superfaturamentos, projetos básicos e executivos deficientes ou inexistentes. Do total de R\$ 26,2 bilhões gastos nas obras fiscalizadas, o TCU aponta economia potencial de R\$ 3,52 bilhões aos cofres públicos com a correção das irregularidades.

O Fiscobras reúne as fiscalizações realizadas pelo TCU em obras financiadas, total ou parcialmente, com recursos da União. Aprovado pelos ministros ontem, o documento será encaminhado ao Congresso

Nacional para subsidiar a Comissão Mista de Orçamento na distribuição dos recursos orçamentários de 2018.

Paralisação

Para 11 obras, o TCU recomendou ao Congresso a paralisação: Canal do Sertão (AL); BR-235 (BA); adequação da travessia urbana em Juazeiro — BRs 235/407 (BA), construção da fábrica de hemoderivados e biotecnologia (PE); Vila Olímpica (PI); Usina Termonuclear de Angra III (RJ); BR-040 (RJ); construção do centro e processamento final de imunobiológicos (RJ); corredor de ônibus radial leste trecho 1 (SP); corredor de ônibus radial leste trecho 2 (SP); e BRT de Palmas (TO).

O TCU também orientou a retenção de recursos da construção da refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco e solicitou garantias suficientes para prevenir prejuízos aos cofres públicos.

Ajuste fiscal e disputa orçamentária

» MARCOS CINTRA

Doutor em economia pela Universidade Harvard (EUA), professor titular da Fundação Getúlio Vargas

A literatura econômica comprova que ajustes fiscais duradouros e de boa qualidade são os que cortam gastos sem aumentar impostos. Se bem executada, essa política possui nítidas vantagens: corta gorduras e ineficiências, combate os rent seekers (agentes que tentam obter renda manipulando o ambiente político), reduz a corrupção, diminui a demanda do setor público por poupança privada e preserva a capacidade de investimento das empresas. Já os ajustes que aumentam tributos não apresentam as mesmas qualidades.

Nesse sentido, o governo acertou ao colocar a ênfase inicial de seu esforço fiscal nos cortes de gastos e na aprovação da Lei do Teto. Contudo, a gestão de gastos tem se mostrado incapaz de cortar despesas para atingir as metas de deficit primário. Além disso, vem impondo restrições orçamentárias de forma indiscriminada, sem critérios claros e racionais. Em parte, a estratégia do governo enfrenta dificuldades por repetir o erro cometido em 2015 pelo então ministro Joaquim Levy, que, em vez de fazer o ajuste fiscal de forma concentrada em medidas estruturais fortes e definitivas, optou

por uma estratégia fragmentada com cortes de gastos pulverizados e sem avaliação objetiva de impactos e resultados de suas ações.

São notórias as dificuldades de cortar gastos públicos em sociedades como a brasileira, onde imperam o clientelismo e o corporativismo. A fragmentação das restrições orçamentárias em inúmeras pequenas ações amplia os focos de resistência e estimula a formação de frentes amplas contrárias aos cortes de gastos. O resultado é previsível: o governo foi forçado a ampliar a meta de deficit primário e, ao mesmo tempo, aumentar a carga tributária, uma tóxica combinação de políticas econômicas se se pretende recuperar a economia.

A questão que surge, portanto, é como promover ajustes fiscais sem aumentos de tributos e, ao mesmo tempo, cortar despesas minimizando seus impactos negativos na retomada da economia. A necessária determinação de cortar gastos vem sendo executada pelo governo de forma canhestra ao impor cortes indiscriminados aproximadamente lineares na lista de rubricas orçamentárias. Não cumpre, assim, o compromisso de implementar o orçamento base zero, proposta que constava no plano de governo do PMDB, a Ponte para o Futuro, que visava introduzir mais racionalidade no processo orçamentário.

O orçamento público brasileiro é incremental. As propostas de alocação de recursos para exercícios futuros tomam como baselines os projetos e programas em execução no exercício em curso. Essa prática adota como premissa que os gastos e ações em execução são justificáveis pelo simples fato de já existirem, cabendo aos que elaboram, aprovam e executam os orçamentos públicos interferirem apenas em decisões marginais de acréscimos ou de reduções incrementais.

Planos, programas, ações e atividades, uma vez incluídos no orçamento público, não são avaliados mais à frente para justificar sua continuidade, ou eventual eliminação. Dessa forma, os orçamentos tornam-se rígidos e, com o passar do tempo, carregados de vinculações legais. Muitos se tornam obrigatórios e, portanto, inflexíveis para baixo.

O orçamento base zero inverte a lógica atual e tem a grande qualidade de partir periodicamente de uma página em branco e, assim, requerer permanente acompanhamento e avaliação de resultados das atividades públicas. Cada projeto, novo ou preexistente, deve passar por rígida avaliação custo-benefício antes de ser mantido, redimensionado ou, o que é raro no Brasil, eliminado da peça orçamentária anual para abrir espaço aos programas com retorno social.





Com o orçamento base zero, até o conceito de divisão de gastos públicos em obrigatórios e discricionários perde sentido, submetendo-os unicamente à lógica da eficiência. O ajuste fiscal em andamento, que recai exclusivamente sobre a pequena parcela discricionária (cerca de 4% do total dos gastos), é perverso, pois não adota critérios claros e racionais para determinar os bloqueios de recursos entre as áreas orçamentárias.

Não há ações claramente visíveis no sentido de cortar ineficiências e privilégios, que deveriam ser totalmente eliminados para garantir a continuidade de programas com altas taxas de retorno social, como educação, saúde e ciência e tecnologia. Com a utilização do orçamento base zero, a área de ciência, tecnologia e inovação, por exemplo, jamais teria redução em sua dotação como vem ocorrendo hoje. Pelo contrário: não só manteria os recursos, como ainda poderia receber aportes adicionais originários de unidades orçamentárias que pouco agregam à sociedade.